

DF. Invasões

MUITOS AINDA VÃO CAIR



EM TRÊS MESES DE
OPERAÇÃO,
GOVERNO DERRUBA
MENOS DA METADE
DAS CONSTRUÇÕES
EM ÁREAS INVADIDAS

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

Nehil Hamilton

Até agora, o governo de Joaquim Roriz demoliu 2.414 barracos de alvenaria e de madeirite e recolhidos 34 mil metros de arame farpado. Mas ainda falta muito. Levantamento de novembro de 1998, do Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo (SivSolo), apontava 7.311 famílias morando em invasões.

É esse número que o governo apresenta e divulga, mas não mede com exatidão a realidade. Em janeiro, antes de o governador Joaquim Roriz deflagrar a operação para erradicar as invasões, barracos de madeirites eram construídos em toda parte. Novas invasões surgiram em menos de uma semana, como a que ocupava a área reservada para Distrito Industrial, próximo ao bairro do Areal, em Taguatinga.

Os 400 barracos que brotaram lá, em questão de dias, alertaram o governo Roriz para a onda de invasões que explodia no DF. Até então, os interlocutores do governador argumentavam que todas as invasões já estavam aí, desde o governo passado. Elas só estavam crescendo, diziam. Com a invasão do Areal não houve mais como reutilizar a desculpa.

Em 23 de janeiro, os fiscais do SivSolo e da Administração Regional de Taguatinga entram em campo para derrubar os 400 barracos. Não houve conflito e o sucesso da empreitada animou o governo. Estava dada a largada na operação para livrar o Distrito Federal das invasões. A ordem era notificar os invasores, dando 24 horas para abandonarem a área invadida.

De lá para cá, cinco invasões de tamanho considerável foram eliminadas. Como a retirada de 330 barracos de madeirite entre a QN 8 e QN 10 do Riacho Fundo, em 25 de fevereiro. Ou a do Combinado Agroubano I, próximo ao Park Way e Núcleo Bandeirante.

A Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar) é o órgão responsável pelo cronograma das grandes derrubadas. O planejamento, contudo, nem sempre é seguido à risca.

A esperteza não adiantou. "Os invasores contam com a impunidade e a falta de recursos do governo. Mas essas adversidades não vão evitar que as invasões sejam removidas", diz o subsecretário Herman Barbosa, da Sucar. Herman afirma que até o final do ano, o Distrito Federal estará livres das invasões. Pelo menos, nas áreas públicas em que os invasores não têm a proteção de liminares.

Mas antes de alcançar essa meta, o governo ainda tem de vencer as invasões consideradas mais complicadas. As de Samambaia, Recanto das Emas e Estrutural ficarão por último. Os 800 barracos espalhados por Samambaia, nas quadras 601, 602, 404 e 609, só serão removidos se o governador Joaquim Roriz confirmar o veto ao projeto de lei do deputado Adão Xavier (PPB), aprovado na Câmara Legislativa, e que regulariza as ocupações.

Vale o mesmo para as famílias da Estrutural. Projeto do distrital José Edmar (PMDB) cria a Vila Operária. "O governador ainda não se posicionou sobre esse assunto. Se vai vetar ou sancionar a lei", diz o subsecretário. Os 1.750 barracos no Recanto das Emas serão os últimos a serem retirados, de acordo com o cronograma. "É uma invasão grande. Há resistência e pode haver conflito", explica Herman.



Trinta funcionários participaram da retirada da invasão na Colônia Agrícola Veredão: foram ao chão sete casas de alvenaria e 14 de madeirite, apesar dos muitos apelos dos invasores

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

O MANDANTE DE TODAS AS DERRUBADAS

Madeirites no chão, telhas quebradas, crianças chorando, mães desesperadas e maridos nervosos. A cena que se repete em todas as demolições é rotina no trabalho do policial militar, de 39 anos. Desde que o governo Roriz deflagrou a operação para erradicar as invasões do Distrito Federal, o major Esmeraldo Oliveira não falta a nenhuma derrubada.

Chefe de Operações do SivSolo, é ele quem coordena todas as demolições. Dá o sinal para os fiscais avançarem sobre os barracos e fica, por perto, na espreita. Se a situação ameaça se complicar, tem de estar atento para recuar. Até agora, tem dado certo. Ou tem tido sorte. As remoções foram pacíficas e os incidentes que apareceram não resultaram em feridos.

Bronca o major Oliveira recebe e muitas "Me chamam de pa-

lhaço; dizem que eu mando derrubar os barracos porque não preciso morar ali ou que estou recebendo dinheiro por fora", conta o policial, que nasceu em Cuiabá, Mato Grosso. Nesses momentos, usa a conversa como arma. A voz é pausada, tranqüila. E a derrubada prossegue.

A emoção, às vezes, aparece. Na derrubada de 88 barracos, na Avenida Sucupira, no Riacho Fundo, ele olha para as crianças recém-desabrigadas. "É duro, não é? Mas se não fizermos isso, o Distrito Federal vira uma grande favela", desabafa. Um consolo para ele mesmo.

Hora difícil também é quando alguém se aproxima dele, olhando para o aparelho celular. O invasor pede para ele ligar para o governador Joaquim Roriz. Uma última tentativa para não ter o barraco demolido. O policial que sempre esteve nas ruas, enfrentando bandidos, não liga. Sabe que a determinação do governador será a de derrubar. À noite, tenta dormir tranqüilo. "Não levo para o lado pessoal. É uma ação de governo." (RA)